



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
CLIPPING – JORNAIS IMPRESSOS

Correio Urbano

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira • 20 de março de 2018

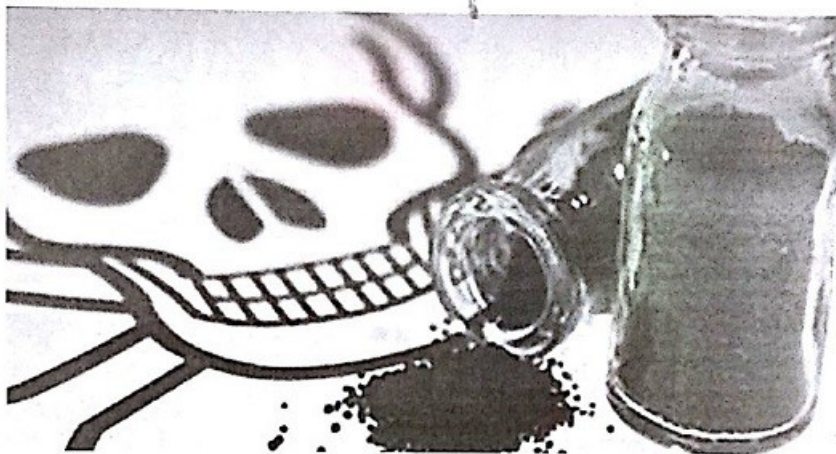
Chumbinho: MPE/SE requer mais fiscalização

Foi firmado que, em 60 dias, áreas dos mercados setoriais e feiras livres deverão ser monitoradas pela Emsurb e GMA

Dados do Centro de Informações e Atendimento Toxicológico (Ciatox) do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) revelam que somente em 2017 ocorreram no estado 43 casos de intoxicação accidental, sendo que seis levaram as pessoas a óbito. Em função desses números, o Ministério Público Estadual (MPE) promoveu nessa segunda-feira, 19, com diversos órgãos uma audiência pública para tratar da intensificação e coibir a venda ilegal do "chumbinho" (produto clandestino utilizado como ração de animais que não possui registro na Anvisa, nem em nenhum outro órgão de governo) em Aracaju.

A promotora dos Direitos do Consumidor Euza Missano disse que a audiência foi motivada pela vereadora Kitty Lima (REDE), que solicitou a intervenção do MPE, que inclusive também tem uma preocupação recorrente com a venda ilegal do chumbinho, um produto que tem como substância de composição o carbonato de aldicarb, o antigo Temik 50.

Diante dessa situação, a promotora observou que essa substância é vendida de forma ilegal em feiras livres e diversos locais da capital sergipana. "O intuito da audiência é coibir e alertar os consumidores para que não adquiram o chumbinho, e que o produto nem chegue ao comércio".



■ Produto clandestino utilizado como ração, o chumbinho não possui registro na Anvisa

• Morte ou intoxicação

Por sua vez, a vereadora Kitty Lima, autora da denúncia, disse que o chumbinho é uma das principais causas de morte de animais domésticos e de pessoas, que, quando não morrem, sofrem sérias intoxicações. Ela revelou que recebeu muitas queixas de causa animal, porque utilizam esse produto para matar gatos dentro de condomínios.

A parlamentar destacou, ainda, que há casos de inges-

tão por parte de crianças e adultos. "Por isso, é preciso dar um basta, porque a venda do chumbinho é ilegal e é preciso fazer alguma coisa para coibir". Kitty Lima revelou, também, que procurou alguns órgãos e teve dificuldade para saber quais os responsáveis. Então, decidiu solicitar a intervenção do MPE.

• Emsurb

Como existem informações de que o chumbinho seria

comercializado nas feiras livres e até nos mercados municipais setoriais, e a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb) é a responsável pela administração desses locais, o gerente de Espaços Públicos do órgão, Igor Melo, também participou da audiência pública no MPE.

Ele disse que nas 32 feiras livres da capital não há permissionários que comercializem o produto, e sim ambulantes que entram em feiras

e mercados oferecendo o produto de forma velada, dificultando a fiscalização. Como a feira é pública e os espaços são abertos, pessoas entram e oferecem esse tipo de produto de forma sigilosa.

No entanto, Igor Melo garantiu que se algum fiscal perceber, ele está autorizado e habilitado para retirar o pessoal do local, mas o problema é a dificuldade em perceber o ato. Para coibir esse comércio ilegal, a Emsurb atua em parce-

ria com a Guarda Municipal de Aracaju (GMA), que é avisada e chega para identificar o cidadão que comercializa.

• O que ficou definido

Ao fim da audiência, o subinspetor da GMA, Fernando Mendonça, garantiu que será promovido um maior controle de fiscalização nos espaços públicos de maior incidência, cabendo à guarda municipal a apreensão do produto ilegal e a identificação da pessoa que possui o chumbinho.

Foi firmado que em 60 dias as áreas dos mercados setoriais e feiras livres deverão ser monitoradas pela Emsurb, pela GMA, pela Vigilância Sanitária e pelo Ciatox. Qualquer irregularidade que haja, deverá ser comunicada à GMA para as providências necessárias de apreensão do produto e identificação do comerciante. O Ciatox coletará números referentes a intoxicações neste período para repassar ao MPE em nova audiência.

**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADUAL TEM UMA
PREOCUPAÇÃO
RECURRENTE COM A
VENDA ILEGAL DO
CHUMBINHO**